

REGIME JURÍDICO PATRIMONIAL NO CASAMENTO E NA UNIÃO ESTÁVEL

ANA CAROLINA TRINDADE SOARES COHEN

Prefácio • Marcos Ehrhardt Júnior



11

FORUM

REGIME JURÍDICO PATRIMONIAL NO CASAMENTO E NA UNIÃO ESTÁVEL

11

Prefácio

Marcos Ehrhardt Júnior

Área específica
DIREITO CIVIL.

Áreas afins do livro
DIREITO DE FAMÍLIA E DIREITO DAS SUCESSÕES.

Palavras-chave
PATRIMÔNIO; CASAMENTO; UNIÃO ESTÁVEL;
REGIMES DE BENS; SUCESSÃO HEREDITÁRIA.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 3966

A obra apresenta uma análise profunda do regime jurídico patrimonial que rege as relações familiares no Brasil, com especial atenção às dinâmicas do casamento e da união estável. O estudo ressalta a importância do patrimônio no contexto do Direito de Família, evidenciando como a família, ao longo da história, tem desempenhado papéis multifacetados, que evoluíram com a transformação da sociedade e a intervenção do Estado nas relações familiares.

O texto discute, com clareza, por que é crucial abordar as questões patrimoniais, mesmo em um contexto em que a afetividade impera nas relações. Ao iniciar um relacionamento, muitas vezes os casais ignoram as implicações patrimoniais, levando a desafios que podem culminar em divórcios motivados por questões financeiras. Recente pesquisa do IBGE sobre o aumento dos divórcios sinaliza a necessidade de uma maior consciência sobre a gestão do patrimônio conjugal.

A autora aborda, ainda, a flexibilidade nas relações afetivas contemporâneas, destacando a facilidade e a rapidez com que se pode desvincular um casamento desde a simplificação do divórcio em 2010. Contudo, essa dinamicidade não elimina os riscos associados às questões patrimoniais, que frequentemente se tornam motivos de desgastes e conflitos.

Finalmente, a obra propõe que a definição clara das responsabilidades e dos bens no início da relação pode trazer segurança jurídica e prevenir conflitos futuros, orientando os casais a considerar seus interesses econômicos de forma transparente, sem deixar de lado a essência afetiva que fundamenta suas uniões. Este estudo é, portanto, uma peça fundamental para aqueles que desejam compreender a intersecção entre afetividade e patrimônio no contexto das novas dinâmicas familiares no Brasil.

C678r Cohen, Ana Carolina Trindade Soares
Regime jurídico patrimonial no casamento e na união estável / Ana Carolina Trindade Soares Cohen. Belo Horizonte: Fórum, 2025. (Coleção Fórum DIREITO CIVIL E SEUS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS).
XXX p. 14,5x21,5cm
(Coleção Fórum DIREITO CIVIL E SEUS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS)

ISBN impresso 978-85-450-0924-5
ISBN digital 978-85-450-0922-1
ISBN da coleção 978-85-450-0675-6

1. Patrimônio. 2. Casamento. 3. União estável. 4. Regimes de bens. 5. Sucessão hereditária. I. Título.

CDD: 340.56
CDU: 347

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

COHEN, Ana Carolina Trindade Soares. *Regime jurídico patrimonial no casamento e na união estável*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. XXX p. ISBN 978-85-450-0924-5. (Coleção Fórum DIREITO CIVIL E SEUS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS).

Ana Carolina Trindade Soares Cohen

Doutoranda em Ciências Jurídicas pela Universidade do Minho (Portugal). Graduada e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Alagoas. Professora universitária desde 2008, nas disciplinas Teoria Geral do Direito Civil, Direito de Família e Direito das Sucessões. Professora de Cursos de Pós-Graduação. Advogada.

APRESENTAÇÃO	
COLEÇÃO FÓRUM DIREITO CIVIL	
E SEUS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	13
PREFÁCIO	
Marcos Ehrhardt Jr.	15
FAMÍLIA E PATRIMÔNIO – ATUAL ESTÁGIO	19
CAPÍTULO 1	
REGIMES DE BENS NO CASAMENTO E NA UNIÃO ESTÁVEL: CONCEITO E DISPOSIÇÕES GERAIS.....	23
1.1 Conceito, vigência, liberdade de escolha e possibilidade de mudança de regime	23
1.2 Como escolher o regime de bens? O pacto antenupcial e o contrato de união estável.....	30
1.3 Regime legal obrigatório: em quais hipóteses a lei impõe o regime de separação de bens?.....	35
1.4 Regime legal dispositivo ou regime supletivo: comunhão parcial de bens.....	41
1.5 Efeitos comuns entre os cônjuges/companheiros em qualquer regime de bens: atos que não dependem da autorização do consorte	42
1.6 Atos que dependem de autorização do consorte	45
1.7 Da administração dos bens do casamento e da responsabilidade do cônjuge/companheiro pela má gestão dos bens comuns e particulares	50
1.8 LINDB e regime de bens no casamento com estrangeiro	52
1.9 Regras de Direito intertemporal	52
1.10 Usucapião entre ex-cônjuges ou ex-companheiros: possibilidade e requisitos	53
CAPÍTULO 2	
REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.....	55
2.1 Regra geral.....	55
2.2 O que entra na comunhão?	56
2.2.1 Questões especiais	60
2.2.1.1 Resumo esquemático das questões especiais	75
2.3 O que não entra na comunhão?	77
2.4 Administração dos bens comuns e responsabilidade pelas dívidas deles decorrentes	82
2.5 Administração dos bens particulares e responsabilidade pelas dívidas deles decorrentes	84
CAPÍTULO 3	
REGIME DE COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS	85
3.1 Considerações iniciais – regras gerais	85
3.2 O que não entra na comunhão universal? Bens comunicáveis	87
3.3 A comunicabilidade dos frutos produzidos pelos bens exclusivos de cada consorte	92
3.4 Administração dos bens e dívidas	93

CAPÍTULO 4	
REGIME DE SEPARAÇÃO DE BENS.....	95
4.1 Convencional ou obrigatória (legal)?.....	95
4.2 Separação convencional de bens	95
4.2.1 Há a possibilidade de prova de esforço comum na separação convencional?	98
4.3 Separação obrigatória de bens	101
4.4 Administração dos bens de cada consorte, despesas e dívidas..	103
CAPÍTULO 5	
REGIME DE PARTICIPAÇÃO FINAL NOS AQUESTOS.....	105
5.1 Principais características.....	105
5.2 Apuração dos aquestos	106
CAPÍTULO 6	
REGIME MISTO (OU ATÍPICO).....	111
6.1 Liberdade de escolha e possibilidade de adoção de regime misto	111
6.2 Instrumentos para a adoção de regime patrimonial misto.....	112
CAPÍTULO 7	
REPERCUSSÃO DA ESCOLHA DO REGIME DE BENS DO CASAMENTO/UNIÃO ESTÁVEL NO ÂMBITO SUCESSÓRIO	115
7.1 Considerações iniciais – Escolha do regime de bens como instrumento de planejamento sucessório.....	115
7.2 Repercussão da escolha do regime na concorrência do cônjuge/companheiro sobrevivente com os descendentes do falecido	117
7.2.1 Adoção do regime de comunhão universal de bens	117
7.2.2 Regime de separação obrigatória de bens.....	117
7.2.3 Regime de separação convencional de bens	118
7.2.4 Regime de comunhão parcial de bens.....	119
7.2.5 Regime de participação final dos aquestos.....	121
7.2.6 Regime de bens misto ou atípico.....	122
7.2.7 Quadro-resumo: repercussão da escolha do regime de bens na concorrência do cônjuge/companheiro sobrevivente com os descendentes do falecido (CC, art. 1.829, I)	123
7.3 Direito real de habitação: direito sucessório que independe do regime de bens adotado no casamento/união estável.....	123
REFERÊNCIAS.....	125